



Um estado da arte sobre os desafios da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista

AUTORES

Ana Gabriela Menezes da Silva

Jose Carlos Guimaraes Junior

Creide do Nascimento Silva de Paula **Volume 5**

Ana Lúcia dos Reis Sana

Francisco Carneiro Braga



Ana Gabriela Bezerra da Silva Aguiar
José Carlos Guimarães Junior
Creide do Nascimento Silva de Paula Azevedo
Ana Lúcia dos Reis Sana
Francisco Carneiro Braga

UM ESTADO DA ARTE SOBRE DESAFIOS NA INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

1ª Edição

Belém-PA
Home Editora
2023

© 2023 Edição brasileira
by Home Editora

© 2023 Texto
by Autor

Todos os direitos reservados

Home Editora

CNPJ: 39.242.488/0002-80

www.homeeditora.com

contato@homeeditora.com

9198473-5110

Av. Augusto Montenegro, 4120 - Parque Verde, Belém - PA, 66635-110

Editor-Chefe

Prof. Dr. Ednilson Souza

Diagramação e capa

Autores

Revisão de texto

Autores

Bibliotecária

Janaina Karina Alves Trigo Ramos

Produtor editorial

Nazareno Da Luz

Catálogo na publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

E79

Um estado da arte sobre desafios na inclusão do aluno com transtorno do espectro autista / Ana Gabriela Bezerra da Silva Aguiar, José Carlos Guimarães Junior, Creide do Nascimento Silva de Paula Azevedo, et al. – Belém: Home, 2023.

Outros autores: Ana Lúcia dos Reis Sana, Francisco Carneiro Braga.

56 p.; 16 X 23 cm

Livro em pdf

ISBN: 978-65-85712-26-2

DOI: 10.46898/home.bcfeaf1b-d261-460e-8668-aa723c599ca7

1. Educação inclusiva. 2. Transtorno do espectro autista. 3. Arte. I. Aguiar, Ana Gabriela Bezerra da Silva. II. Guimarães Junior, José Carlos. III. Azevedo, Creide do Nascimento Silva de Paula. IV. Título.

CDD 371.9

Índice para catálogo sistemático

I. Educação inclusiva



Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).
Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-SemDerivações 4.0 Internacional.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA
(Editor-Chefe)

Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA

Prof. Dr. Aldrin Vianna de Santana-UNIFAP

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA

Prof^a. Dra. Renata Cristina Lopes Andrade-FURG

Prof. Dr. Clézio dos Santos-UFRRJ

Prof. Dr. Rodrigo Luiz Fabri-UFJF

Prof. Dr. Manoel dos Santos Costa-IEMA

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA

Prof. Dr. José Moraes Souto Filho-FIS

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos-UEL

Prof^a. Dra. Maria de Fatima Vilhena da Silva-UFPA

Profa. Dra. Dayse Marinho Martins-IEMA

Prof. Dr. Daniel Tarciso Martins Pereira-UFAM

Prof^a. Dra. Elane da Silva Barbosa-UERN

“Acreditamos que um mundo melhor se faz com a difusão do conhecimento científico”.

Equipe Home Editora

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Metodologia.....	4
Resultados e Discussão.....	21
Considerações Finais.....	23
Referências.....	25
Sobre os Autores.....	27
Legislação Pertinente no Brasil e no Mundo.....	28
Lei nº 12.764/2012.....	28
Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	29
Legislação dos Estados Unidos.....	31
Autism CARES Act.....	31
Individuals with Disabilities Education Act (IDEA).....	32
Legislação do Reino Unido.....	34
Autism Act 2009.....	34
The Equality Act 2010.....	35
Legislação da Austrália.....	37
Disability Discrimination Act 1992.....	37
National Disability Insurance Scheme Act 2013.....	39
Tópicos Importantes da Legislação Brasileira sobre Direitos da Pessoa Autista.....	42
Referências Bibliográficas	

APRESENTAÇÃO

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem sido um tema cada vez mais discutido e debatido no campo educacional, e o reconhecimento da importância de oferecer oportunidades igualitárias de aprendizagem para todos os estudantes têm impulsionado pesquisadores, educadores e profissionais da área a investigarem os desafios enfrentados nesse processo inclusivo.

O livro "Um Estado da Arte sobre desafios na inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista" busca fornecer uma visão abrangente e atualizada das principais dificuldades encontradas no contexto educacional para a inclusão de alunos com TEA.

Com base em uma extensa revisão da literatura especializada, esta obra reúne contribuições de renomados pesquisadores e profissionais da área, oferecendo uma análise aprofundada dos desafios enfrentados e das estratégias adotadas para promover a inclusão efetiva desses estudantes.

Dividido em tópicos o livro aborda questões fundamentais relacionadas à inclusão de alunos com TEA, explorando temas como o papel do professor no processo inclusivo, a adaptação curricular, a comunicação e interação social, as estratégias de ensino e aprendizagem, o ambiente escolar inclusivo e o suporte familiar.

Cada autor pesquisado apresenta um embasamento teórico consistente, com base em pesquisas científicas e práticas comprovadas, além de exemplos e relatos de experiências reais que ilustram a aplicação dessas estratégias no contexto educacional.

Este livro destina-se a educadores, profissionais da saúde, pesquisadores, gestores educacionais e demais interessados na temática da inclusão de alunos com TEA. Seu objetivo é fornecer subsídios teóricos e práticos que contribuam para o aprimoramento das práticas inclusivas, a ampliação do conhecimento sobre o transtorno do espectro autista e a promoção de uma educação mais acessível e igualitária para todos.

Com a leitura deste livro, esperamos que os leitores possam ampliar sua compreensão sobre os desafios enfrentados na inclusão do

aluno com TEA e encontrar inspiração para desenvolver estratégias efetivas que promovam a participação ativa e o desenvolvimento pleno desses estudantes.

Que este trabalho contribua para o avanço da inclusão educacional e para a construção de uma sociedade mais inclusiva, valorizando a diversidade e o potencial de cada indivíduo.

Boa leitura

Prof José Carlos Ph.D

UM ESTADO DA ARTE SOBRE ALGUNS DESAFIOS NA INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Autores

Ana Gabriela Bezerra da Silva
José Carlos Guimarães Junior
Creide do Nascimento Silva de Paula Azevedo
Ana Lúcia dos Reis Sana

RESUMO

O presente artigo, o estado da arte sobre alguns desafios na inclusão do aluno com transtorno do espectro autista, teve como objetivo produzir uma revisão do tipo estado da arte sobre as principais dificuldades e desafios na inclusão de estudantes com transtorno espectro autista no ensino comum. Trata-se de um estudo de cunho bibliográfico com análise qualitativa. Os principais desafios e dificuldades apontadas pelos doze autores selecionados a partir da plataforma Google Acadêmico são: má qualificação do profissional docente a partir própria graduação, bem como da formação continuada dos docentes e como consequência a má repercussão na prática pedagógica, sendo esta deficitária; A falta de participação da família e apoio familiar, bem como a necessidade do fomento de preparo dela por parte da escola; a estrutura inadequada das escolas. Outros aspectos pontuados pelos autores são dificuldades inerentes ao próprio estudante, o que dificulta a socialização dos estudantes resultado da fraca interação social e comunicacional dos estudantes com transtorno do espectro autista.

Palavras-chave: Educação especial e inclusiva; Desafios; Estado da arte; Transtorno do espectro autista.

ABSTRACT

This article, the state of the art on some challenges in the inclusion of students with autism spectrum disorder, aimed to produce a state-of-the-art review on the main difficulties and challenges in the inclusion of students with autism spectrum disorder in regular education. It is a bibliographic study with qualitative analysis. The main challenges and difficulties pointed out by the twelve authors selected from the Google Scholar platform are: inadequate qualification of teaching professionals from their own graduation, as well as the lack of continuous training for teachers and, as a consequence, the negative impact on pedagogical practice, which is deficient; lack of family participation and support, as well as the need for the school to provide support and preparation for families; inadequate school structure. Other aspects highlighted by the authors are difficulties inherent to the students themselves, which hinder

their socialization due to weak social and communication skills in students with autism spectrum disorder.

Keywords: Special and inclusive education; Challenges; State of the art; Autism spectrum disorder.

RESUMEN

Este artículo, el estado del arte sobre algunos desafíos en la inclusión del estudiante con trastorno del espectro autista, tuvo como objetivo producir una revisión del tipo estado del arte sobre las principales dificultades y desafíos en la inclusión de estudiantes con trastorno del espectro autista en la educación común. Se trata de un estudio bibliográfico con análisis cualitativo. Los principales desafíos y dificultades señalados por los doce autores seleccionados de la plataforma Google Académico son: la mala calificación del profesional docente desde su propia graduación, así como la falta de formación continua para los docentes y, como consecuencia, el impacto negativo en la práctica pedagógica, que es deficiente; la falta de participación y apoyo familiar, así como la necesidad de que la escuela brinde apoyo y preparación a las familias; la estructura inadecuada de las escuelas. Otros aspectos destacados por los autores son las dificultades inherentes a los propios estudiantes, que dificultan su socialización debido a las habilidades sociales y de comunicación débiles en los estudiantes con trastorno del espectro autista.

Palabras clave: Educación especial e inclusiva; Desafíos; Estado del arte; Trastorno del espectro autista.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo científico foi realizar uma revisão do estado da arte sobre os desafios e dificuldades na inclusão de alunos com transtorno do espectro autista no ensino regular. Esta pesquisa foi baseada em fontes bibliográficas e utilizou uma abordagem qualitativa para analisar os dados, buscando apresentar, por meio da literatura especializada, os desafios e dificuldades mais comumente encontrados no processo de inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista nas escolas regulares.

O autismo foi descrito, pela primeira vez, pelo psiquiatra Eugen Bleuler, em 1908. Mais tarde, confirmado por Leo Kanner (1943), tornou-se expressão oficial para o fenômeno. De prevalência na infância e no sexo masculino, é caracterizado por marcante prejuízo na interação

social com diferentes graus de intensidade, desde a capacidade de comunicação, limitações e estereotipagem de comportamento com interesses restritos, com conseqüente isolamento e falta de afetividade mútua. O diagnóstico é baseado nas características de cada indivíduo quando observadas nos primeiros anos de vida (TAMANAHA, PERISSINOTO, CHIARI, 2008).

Outrossim, Kanner observou, em suas pesquisas, o comportamento de 11 crianças que acompanhava em seu consultório e constatou que, nessas crianças, a inabilidade no relacionamento interpessoal era o que se diferenciava em relação a outras síndromes psiquiátricas, como a esquizofrenia, por exemplo. Na década de 1960, o autismo foi classificado na categoria das psicoses infantis (esquizofrenia) sendo reclassificado na década de 1980 pela Associação Americana de Psiquiatria, fazendo parte de um grupo sob o título de transtornos globais do desenvolvimento (OLIVEIRA, 2021; PADILHA, 2021; ROSSI-ANDRION, SANTOS; VAN MUNSTER; COSTA, 2021).

Em 1994, foi assinada a declaração de Salamanca, documento elaborado na conferência mundial de educação especial, realizada na cidade de Salamanca, na Espanha, em que 88 governos e 25 organizações internacionais se reuniram para tratar da melhoria ao acesso à educação por parte de pessoas com necessidades especiais, propuseram uma mudança de paradigma em relação à educação. Um dos pontos centrais desse documento é a parte que versa sobre o dever de acesso à escola regular para pessoas com necessidades educacionais especiais com um trabalho educacional voltado para a criança, designando essa prática de orientação inclusiva. Fortaleceu-se a urgência de providenciar educação para pessoas com deficiência dentro do sistema regular de ensino (ONU, 1994; SOUZA; ABREU, 2021).

Em 2013, a Associação Americana de Psiquiatria prevê o lançamento do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM – V, que traz, basicamente, entre outras medidas novas diretrizes sobre a Síndrome, como: Síndrome de Asperger, de Rett, Transtorno Desintegrativo da infância e o Autismo Clássico deixaram de existir e o

espectro autista passou a ser considerado por níveis que vai de leve à grave – e à exemplo, a Síndrome de Asperger está classificada como uma forma leve de autismo (APA, 2014).

No século XX essas pessoas passaram a ser estudadas e receber novas formas de ensino, levando em consideração as descobertas feitas na época. Assim, pode-se citar Maria Montessori que desenvolveu ótimos materiais, como destaca Rodrigues:

Na primeira década do século XX, surgem as escolas montessorianas. O método criado por Maria Montessori, para crianças com deficiências, parte do concreto rumo ao abstrato. Baseia-se na observação de que meninos e meninas aprendem melhor pela experiência direta de procura e descoberta. Para tornar esse processo o mais rico possível, a educadora italiana desenvolveu os materiais didáticos que constituem um dos aspectos mais conhecidos de seu trabalho. São objetos simples, mas muito atraentes e projetados para provocar o raciocínio. Há materiais pensados para auxiliar todo tipo de aprendizado, do sistema decimal à estrutura da linguagem. (RODRIGUES, 2008, p.14).

Portanto as pessoas com necessidades especiais passaram por diferentes tratamentos durante a história do homem. Como se pode perceber, este método facilita a inclusão devido ser bastante chamativo para estudantes que apresentam TEA, sendo sua eficácia experimentada e aprovada no campo do desenvolvimento do raciocínio.

Diante das questões levantadas até aqui, surgiu a seguinte indagação: Que dificuldades e desafios são apontados como recorrentes nas produções acadêmicas (artigos em periódicos) sobre a temática na Inclusão Educacional de alunos com autismo?

Para responder à questão central, foram elencadas duas hipóteses que procuraram dar suporte à pesquisa: a primeira é que as produções destes artigos apontam para as características comuns nos possuidores do TEA e, a segunda é que eles dão algumas orientações sobre como lidar com o TEA, e isto produz um maior aporte aos professores de Educação Especial e aos docentes da classe comum para lidarem com estes estudantes.

Espera-se que este artigo possa contribuir com os

pesquisadores e docentes, sobre a tema desafios e dificuldades na inclusão do aluno com transtorno do espectro autista, no sentido de melhor atuarem sobre como incluir estudantes com transtorno do espectro autista (TEA).

Espera-se que esta investigação auxilie outros pesquisadores no despertamento de interesse pela temática, bem como venha trazer aporte teórico-metodológico aos docentes. Os benefícios desta pesquisa poderão alcançar os professores da sala comum, que oportunizará a troca de conhecimentos e saberes relevantes na prática pedagógica voltada ao ensino de estudantes com transtorno do espectro autista da Educação Básica.

2 METODOLOGIA

As pesquisas denominadas estado da arte são produções que proporcionam campo do conhecimento, a partir de análises de artigos científicos, dissertações e outras produções acadêmica, portanto, são importantes instrumentos que contribuem no acompanhamento histórico da produção do conhecimento, demarcando temas ainda pouco estudados e favorecem o intercâmbio entre os diferentes campos do saber (SILVA; SOUZA; VASCONCELLOS, 2020).

Essas pesquisas visam explorar determinado conhecimento em um dado período temporal identificando o que já foi escrito sobre determinado assunto no âmbito de certa área de conhecimento (ROMANOVSKI; ENS, 2006).

Segundo Ferreira (2002, p. 258) as investigações denominadas Estado da Arte são de:

[...] caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários.

Essas pesquisas ampliam a visão panorâmica dos investigadores, proporcionando oportunidades de detectarem possíveis lacunas em determinado campo do conhecimento.

Utilizou-se como critério de inclusão os artigos publicados no período de 2021 em periódicos em Língua Portuguesa, que abordam, necessariamente, a temática desafios e dificuldades na perspectiva da educação especial e inclusiva e que são totalmente voltados para o fenômeno do transtorno do espectro autista. Excluímos os artigos inseridos em anais de eventos, os TCC'S de graduação e pós-graduação lato-sensu, as dissertações e as teses, em função do pouco período para o procedimento das leituras e análises, e selecionou-se apenas os artigos publicados em periódicos.

Foram utilizados os seguintes descritores: transtorno do espectro autista, dificuldades e desafios para inclusão escolar, educação especial, práticas educativas inclusivas e desafios educacionais. O levantamento bibliográfico foi realizado por meio de dados disponíveis em publicações de artigos de revistas científicas e periódicos especializados, disponibilizados nos acervos da plataforma Google Acadêmico.

Esta pesquisa classifica-se quanto aos meios como bibliográfica, em que foram analisados materiais publicados em diversos meios de comunicação em “[...] material escrito e em meio virtual. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” (MARCONI; LAKATOS 2017, p. 166).

Quanto aos objetivos esta pesquisa é classificada como exploratória, por ter como fim conhecermos melhor temática estudada, por intermédio de um levantamento bibliográfico, com fins de ampliar o conhecimento sobre determinado tema.

Quanto a natureza, este tipo de estudo é caracterizado como pesquisa pura, vista:

[...] como um tipo de estudo sistemático motivado pela curiosidade intelectual. Também chamada de básica ou teórica, preocupa-se com o desenvolvimento do conhecimento pelo prazer de conhecer e evoluir cientificamente (ZANELLA, 2009, p.72).

Este tipo de pesquisa visa colaborar com a produção de novos conhecimentos, contribuindo com determinada área do conhecimento, sem ter a pretensão de aplicação prática, visando obter resultados diante não previstos.

Quanto a abordagem metodológica este tipo de estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa que “pode ser definida como a que se fundamenta em análises qualitativas, caracterizando-se, pela não-utilização de instrumental estatístico na análise dos dados (VIEIRA; ZOUAIN, 2006). Desta forma é ideal para ser empregada no estudo de fenômenos de natureza mais subjetiva que envolvem, como objeto de estudo, sujeitos sociais.

No quadro (1) abaixo, estão catalogados doze artigos provenientes do ano de 2021 e que foram selecionados a partir do agregador Google Acadêmico à luz dos critérios de inclusão já mencionado anteriormente, visando coletar as principais características do TEA.

QUADRO 1

Artigos catalogados por meio da plataforma Google Acadêmico.

	Autor (es)	Título/subtítulo	Ano	Natureza	Periódico	Descritores
1	SOUZA, Rianne Freciano de Souza; ABREU, José Roberto Gonçalves de Abreu.	Contribuição didática e pedagógica para o ensino Do aluno autista: dilemas, perspectivas e Possibilidades.	2021	Pesquisa Aplicada	Cadernos Camilliani, Cachoeiro de Itapemirim – ES, v 18, n. 1, p. Março. 2021	Autismo; Prática Pedagógica; Educação Inclusiva.
2	CARNEIRO, Lucilla Vieira, Vitória; SILVA; Polliany de Oliveira, VASCONCELLOS Fernanda Lima de Farias;	Desafios no processo de educação inclusiva para crianças com transtorno do espectro autista	2021	Artigo de Revisão	REAS Vol.13 (6)	Autismo; Inclusão; Escola.
3	SENA, Angélica Rocha de.	Autismo: inclusão da criança autista na sala de aula	2021	Artigo de Revisão	Pleidade, 15(33): 111-121, Jul. Dez. 2021	Autismo; Educação infantil; Inclusão educacional;
4	PIZOLLI, Graziela Aparecida; MAIDL Noemia		2021	Pesquisa Aplicada	Monumenta, Paraisópolis do Norte,	Desafios; Inclusão; Autismo;

	Aparecida; SILVA FRANCO,	A realidade da inclusão de autistas no ensino regular.			PR, março 2021.	Família; Ensino Fundamental.
5	RIBEIRO Taiane Aparecida Nepomoceno; Irene. CARNIATTO	Inclusão na perspectiva da educação básica pública: desafios e Possibilidades.	2021	Artigo de Revisão	DIVERSITAS JOURNAL. Santana do Ipanema/A L. 2021.	Escola; Políticas públicas; Prática docente.
6	SILVA, Jéssica Cristina Barbosa da; COUTINHO Diógenes José Gusmão.	Educação inclusiva: perspectiva e desafios da família / escola no Processo de ensino-aprendizagem ensino fundamental	2021	Pesquisa Aplicada	Research, Society and Development, v. 7, n. 10, n. 13, 2021.	Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.12, p. Dec. 2021
7	PADILHA, Gabrieli de Souza Padilha	Os desafios da inclusão da criança com autismo na Educação infantil: a perspectiva da contação de	2021	Pesquisa Aplicada	Revista Linguagem, Ensino e Educação, Criciúma, 2021	Contação de Histórias. Literatura. Autismo. Inclusão
8	OLIVEIRA, Júlio Paulo Silva de.	O docente e a inclusão da criança autista	2021	Artigo de Revisão	RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. jun. 2021.	Docente; Inclusão; Criança; Autista.
9	BARRETO; Mayra Ferreira.	Alfabetização e letramento de alunos com Transtorno do espectro do autismo (TEA)	2021	Artigo de Revisão	Revista Amor Mundi v. 2 n. 7 (2021)	Inclusão Escolar; Alfabetização; Letramento. Transtorno do Espectro do Autismo (TEA).
10	SILVA Janete Santos; SANTOS, Wanessa Costa dos; CONCEIÇÃO Camila Braga da; SOARES, Cecília Regina Galdino.	Autismo: práticas educativas no ensino regular em uma escola de Caxias, Maranhão, Brasil.	2021	Pesquisa Aplicada	Journal of Education, Science and Health – JESH v. 1, n. 3, p. 1-10, jul./set., 2021.	Transtorno do Espectro Autista; Inclusão; Ensino Fundamental.
11	SANTOS, Thiely Kistt; GONÇALVES da Patrick Silveira.	Desafios e estratégias na prática docente de Professores de Educação Física com estudantes com Transtorno do espectro autista.	2021	Artigo de Revisão	Revista Biomotriz v. 15 n. 1 (2021)	Educação inclusiva; Transtorno Do Espectro Autista; Educação Física escolar; Prática pedagógica; Barreiras e Facilitadores.
12	ROSSI-ANDRION, Patrícia SANTOS; Sabrina Hermann dos VAN MUNSTER, Mey de Abreu COSTA, Maria da Piedade Resende da.	Transtorno do espectro autista e Educação Física Escolar: revisão sistemática de literatura	2021	Artigo de Revisão	Rev. Assoc. Bras. Ativ. Mot. Adapt., Marília, v.22 n.1, p. 175-194, jan./jun., 2021.	Atividade Motora Adaptada. Educação Física Escolar. Autismo. Educação Especial.

Fonte: autores, 2023.

O primeiro artigo, “Contribuição didática e pedagógica para o ensino do aluno autista: dilemas, perspectivas e possibilidades” de Sousa e Abreu (2021) é um artigo de pesquisa aplicada que aponta dificuldades e desafios das professoras para aplicar atividades com alunos TEA.

Apresenta a dificuldade de o aluno fazer atividades que envolvam interação social como, por exemplo, conseguir participar de jogos interativos, devido serem inibidos e preferirem ficar sozinhos, e desta forma, apresentam dificuldades em estabelecer relações interpessoais.

O texto ressalta que as professoras enfrentam dilemas complexos ao lidar com alunos com TEA, uma vez que cada aluno é único em suas características e necessidades. O TEA é um transtorno que afeta o desenvolvimento da comunicação, interação social e comportamento, o que pode demandar abordagens diferenciadas na prática pedagógica.

Uma das principais dificuldades apontadas no artigo é a falta de conhecimento e formação específica das professoras sobre o TEA, onde a compreensão das características do transtorno pode dificultar a criação de estratégias adequadas para o ensino desses alunos, portanto, é fundamental investir em capacitação e formação continuada para que as professoras estejam preparadas para atender às necessidades específicas dos alunos com TEA.

Além disso, o artigo destaca a importância da adaptação do ambiente e das atividades para promover a inclusão e o engajamento dos alunos com TEA, cujas adaptações físicas, como a organização do espaço e a redução de estímulos sensoriais, podem auxiliar na criação de um ambiente mais acolhedor que, da mesma forma, é necessário adaptar as atividades pedagógicas, levando em consideração as habilidades e interesses dos alunos com TEA, bem como suas dificuldades específicas.

Outro aspecto abordado é a importância da comunicação clara e objetiva. Alunos com TEA podem apresentar dificuldades na compreensão de instruções verbais complexas ou sutis, dessa maneira é fundamental que as professoras utilizem linguagem simples e direta,

acompanhada de recursos visuais, como imagens ou gestos, para auxiliar na compreensão das atividades.

O texto também ressalta a relevância da parceria entre a escola e a família na promoção do aprendizado dos alunos com TEA, cujo envolvimento é fundamental para compartilhar informações sobre as necessidades específicas do aluno, suas preferências e estratégias que funcionam em casa; essa colaboração pode ajudar as professoras a desenvolver planos de ensino individualizados e eficazes.

Apesar dos desafios apresentados, o artigo também enfatiza as possibilidades e perspectivas de ensino para alunos com TEA. Com o apoio e a capacitação adequada, as professoras podem desenvolver estratégias pedagógicas inclusivas e diferenciadas, valorizando as potencialidades de cada aluno, cuja utilização de recursos tecnológicos, como aplicativos e jogos educacionais, também pode ser uma ferramenta valiosa para o engajamento e a aprendizagem dos alunos com TEA.

Em síntese, o artigo "Contribuição didática e pedagógica para o ensino do aluno autista: dilemas, perspectivas e possibilidades" destaca as dificuldades enfrentadas pelas professoras no ensino de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) e ressalta a importância de abordagens pedagógicas e didáticas adequadas para promover a inclusão desses alunos.

Para superar os desafios apresentados, é fundamental que as professoras tenham acesso a capacitações e formações continuadas específicas sobre o TEA. Essas formações podem fornecer conhecimentos aprofundados sobre as características do transtorno, estratégias de ensino, adaptações curriculares e recursos pedagógicos que podem ser eficazes para os alunos com TEA.

Outro ponto crucial é a individualização do ensino, onde cada aluno com TEA possui suas próprias habilidades, interesses e desafios. Portanto, as professoras devem adotar uma abordagem personalizada, adaptando o currículo e as atividades de acordo com as necessidades e potencialidades de cada aluno. Isso pode envolver o uso de materiais

visuais, estratégias de aprendizagem multissensoriais e a consideração das preferências individuais do aluno.

Além disso, é essencial promover a comunicação e interação social dos alunos com TEA. As professoras podem incentivar a participação ativa dos alunos em atividades de grupo, promovendo a cooperação, o respeito mútuo e a compreensão das regras sociais. Estratégias de ensino social, como o uso de histórias sociais, jogos de papéis e o ensino explícito das habilidades sociais, podem ser úteis nesse sentido.

A colaboração com profissionais de saúde, como psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, também é valiosa; esses profissionais podem fornecer orientações e estratégias específicas para o ensino e o suporte aos alunos com TEA, e essas parcerias com os pais e responsáveis também é fundamental, pois eles possuem um conhecimento profundo sobre as características e necessidades de seus filhos.

Em suma, o artigo ressalta que embora as professoras enfrentem dificuldades e dilemas ao ensinar alunos com TEA, existem perspectivas e possibilidades para superar esses desafios, e com apoio adequado, incluindo capacitações, adaptações curriculares, recursos pedagógicos e parcerias com profissionais da área, é possível proporcionar uma educação inclusiva e de qualidade para os alunos com TEA, permitindo que eles alcancem seu pleno potencial acadêmico e social.

O segundo artigo, “Desafios no processo de educação inclusiva para crianças com transtorno do espectro autista de Carneiro, Silva, Vasconcelos e Ribeiro (2021) é um artigo de revisão. Apresenta como características os desafios e as dificuldades sobre as questões estruturais da escola, as carências tecnológicas ou uso não adequado, por não entendimento do professor em saber manuseá-los. Indica que há falta de qualificação para atender esse público-alvo e falta de ambiente adequado escolar.

Os professores exprimem que não sabem utilizar recursos pedagógicos e a escola quase não os oferece e denunciam que há muita responsabilização sobre o professor sem contar que também lhes falta apoio, portanto eles se sentem inseguros para atuar com crianças com transtorno do espectro autista.

Eles não sabem atuar com estudantes que apresentam dificuldade de socialização e de interação social, pois geralmente essas crianças querem se isolar, então eles precisam aprender a como se comunicar melhor com elas por meio de métodos específicos e adequados. Por último, também denunciam que é muito difícil atuar em uma sala superlotada de estudantes.

O estudo destaca questões estruturais da escola, carências tecnológicas e falta de qualificação dos profissionais como principais obstáculos para atender adequadamente esse público-alvo.

O texto ainda ressalta a importância de uma estrutura escolar adequada para garantir a inclusão das crianças com TEA, onde infelizmente, muitas escolas ainda não estão preparadas para receber esses alunos de forma efetiva com a falta de acesso a recursos e materiais específicos, adaptação do ambiente físico, falta de profissionais especializados e ausência de um ambiente inclusivo são alguns dos desafios enfrentados.

Além disso, o artigo aponta para as carências tecnológicas na educação inclusiva. A tecnologia pode desempenhar um papel significativo na promoção do aprendizado e no desenvolvimento das habilidades das crianças com TEA. No entanto, a falta de conhecimento e habilidades dos professores em relação ao uso adequado dessas ferramentas pode limitar sua eficácia na sala de aula.

Outro ponto destacado é a necessidade de uma formação qualificada para os profissionais da educação, cujos professores devem receber treinamentos específicos sobre as características do TEA, estratégias de ensino, adaptações curriculares e formas de lidar com as necessidades individuais dos alunos com TEA; a falta de qualificação adequada pode comprometer o atendimento e a qualidade da educação oferecida.

Além disso, o artigo também menciona a importância de um ambiente escolar adequado para a inclusão das crianças com TEA. É essencial que haja um ambiente acolhedor, seguro e inclusivo, onde as crianças com TEA se sintam confortáveis e valorizadas. Isso inclui a promoção da interação social, o estabelecimento de rotinas claras e previsíveis, e o envolvimento ativo de todos os membros da comunidade escolar.

Diante desses desafios, é necessário que as escolas e as instituições educacionais se comprometam em investir em infraestrutura adequada, formação de professores e criação de um ambiente inclusivo. Parcerias com profissionais especializados, famílias e instituições de apoio também são fundamentais para garantir uma educação inclusiva de qualidade.

O terceiro artigo, “transtorno do espectro autista na educação infantil práticas pedagógicas de Sena (2021), artigo de revisão, acusa que as próprias dificuldades que a criança apresenta como: interagir socialmente, olhar nos olhos e manter contato visual, apresentar movimentos estereotipados e repetitivos, dificuldades de compreender linguagem não verbal e se adaptar em diferentes situações sociais, dificuldades exprimir afetos e entender emoções, dificultam o trabalho do professor, pois grande parte das atividades propostas são coletivas e a maioria deles tem problemas de atenção compartilhada. Todas estas características são apresentadas como grandes desafios para o professor, dentro do contexto escolar, atuar com práticas educativas inclusivas efetivas.

O quarto artigo, “A realidade da inclusão de autistas no ensino regular” de Pizzoli, Maidl e Silva Franco (2021), artigo de natureza aplicada, aponta dificuldades por parte da equipe pedagógica em se depararem com espaço físico inadequado e a falta de adequações no ambiente escolar, onde estes elementos são desafios tanto para o professor quanto para estudante. Acusam que a família também não está preparada para atuar junto ao aluno com TEA e apoiá-lo em seus trabalhos escolares.

O quinto artigo “Inclusão na perspectiva da Educação Básica pública: desafios e possibilidades de Ribeiro e Carniatto (2021) trata-se de um artigo de revisão, apontando como fatores de dificuldades e/ou desafios a superlotação na sala de aula, insuficiência de material didático, a falta de acessibilidade arquitetônica, despreparo docente.

Estes são grandes desafios na prática pedagógica docente que perpassam também pela fraca formação inicial e continuada do professor, resultando em seu despreparo. Denunciam que, toda escola precisa ser mobilizada, sociedade civil e sociedade política, para que as políticas públicas de inclusão sejam efetivadas.

Afirmam que o professor também tem que aceitar a diversidade para alcançar o sucesso na inclusão, e dentro do campo da democratização, ainda existem fortes barreiras atitudinais e comunicacionais nas escolas do Século 21: escolas sem rampa de acesso, sem banheiros adaptados para cadeirantes, e outras faltas de adaptação nas mesmas. Por último, apontam também que as salas são muito superlotadas e não existe apoio familiar.

O sexto artigo “Educação inclusiva: perspectiva e desafios da família/escola no processo de ensino-aprendizagem no ensino fundamental de Silva e Coutinho (2021) trata-se de uma pesquisa aplicada. Teve como objetivo identificar as perspectivas e desafios vivenciados pela Escola. Expressa que a família tem dificuldades e está despreparada e que inclusive os educadores também não estão preparados suficientemente para agir com estudantes público-alvo da educação especial, que deve haver uma parceria entre pais e professores, escola e família.

Pesquisadores enfatizam a importância da formação contínua dos professores para trabalharem com alunos com autismo, ressaltando a relevância da família como parceira no ambiente escolar, o que é um desafio significativo é promover a melhoria da autoestima dos estudantes com autismo, já que muitos deles apresentam baixa autoestima e são retraídos, o que acaba impactando o processo de ensino-aprendizagem.

Ao final, destacam que a inclusão não se resume a apenas colocar as crianças na escola, mas sim a necessidade de a escola se adaptar tanto a essas crianças quanto a todas as outras, onde cada aluno possui ritmos, tempos e métodos próprios, e a falta de atendimento a esses princípios e recomendações resulta em exclusão social.

O sétimo artigo “Os desafios da inclusão da criança com autismo na educação infantil: a perspectiva da contação de história como mediadora no processo de interação de Padilha (2021), uma pesquisa aplicada, em que apresenta como dificuldades e desafios o isolamento a criança com autismo, dificuldade de interação social, resistências às mudanças em sua rotina, dificuldades na aquisição da fala, estes são alguns desafios a serem vencidos por parte do professor, da família e do próprio aluno.

A família também precisa receber preparo para que haja ambientes bem planejados e atividades que mobilizem a interação social para que a criança seja mais bem socializada.

Padilha (2021) afirma que os professores demonstram um pouco de medo de ansiedade em receber crianças com transtorno espectro autista e isto ocorre devido essa insegurança e isto ocorre devido à falta de preparo técnico-pedagógico para lidar com essas crianças. Por fim, o grande desafio apontado pela autora é o de tornar essas crianças sociáveis, pois elas se isolam muito.

O oitavo artigo “O docente e a inclusão da criança autista” de Oliveira (2021), um artigo de revisão, aponta como desafios as próprias dificuldades internas dos alunos com TEA: dificuldade de inclusão e de interação social e comunicação.

É um desafio adicional incentivar os educadores a buscar conhecimento e participar de formações continuadas. Evidencia-se que os professores não estão preparados para lidar com alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e implementar práticas eficazes nesse processo, uma vez que as dificuldades de socialização e comunicação afetam a capacidade de fazer amizades, impactando, conseqüentemente, o processo de ensino-aprendizagem.

É crucial que o professor esteja altamente motivado e comprometido, assim como toda a equipe escolar, especialmente os docentes. Além disso, é observado que as crianças com autismo podem apresentar certa inflexibilidade comportamental, no entanto, aquelas com autismo leve têm uma boa flexibilidade cognitiva. Elas enfrentam grandes desafios para aceitar mudanças, pois têm uma preferência por rotinas estabelecidas.

O nono artigo, também de revisão, “Alfabetização e letramento de alunos com transtorno do espectro autista de Barreto (2021) apresenta, como desafios, a maioria das escolas não estarem preparadas para receber esse tipo de estudante, onde não há investimento na estrutura física das escolas, fraca formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

Um desafio enfrentado pelos professores é a persistência em utilizar métodos tradicionais de alfabetização, como cópia de frases e repetição, que tendem a deixar os alunos passivos e limitam seu engajamento. Além disso, diversas dificuldades surgem tanto das atitudes internas dos professores quanto dos comportamentos internos dos estudantes com autismo. Estes enfrentam dificuldades na comunicação, reagem de forma intensa e são sensíveis a estímulos como barulhos, toques e texturas.

Essas dificuldades impactam diretamente o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que os métodos tradicionais não atendem às necessidades específicas dos alunos com autismo. É necessário que os professores estejam dispostos a adotar abordagens mais inclusivas e adaptadas, que considerem as características individuais de cada aluno.

Para lidar com esses desafios, é fundamental estabelecer uma parceria sólida entre a escola e a família. Infelizmente, essa colaboração muitas vezes é escassa, prejudicando o suporte e a continuidade do trabalho realizado em sala de aula. A família possui um conhecimento profundo sobre o aluno, suas dificuldades e habilidades, e pode oferecer informações valiosas para auxiliar os professores no desenvolvimento de estratégias eficazes.

É necessário promover uma mudança de paradigma, buscando uma abordagem mais inclusiva e centrada no aluno, que leve em consideração suas necessidades individuais, preferências e estilos de aprendizagem, onde os professores precisam ser incentivados a buscar formação especializada, participar de capacitações e estar abertos ao aprendizado contínuo.

Além disso, é importante desenvolver estratégias pedagógicas que promovam a participação ativa dos alunos, estimulando sua autonomia e criatividade e o uso de recursos visuais, tecnologias assistivas e métodos de ensino diferenciados podem ser eficazes para engajar os estudantes com autismo e facilitar seu processo de aprendizagem.

Para superar as barreiras comunicativas, é essencial incentivar a utilização de recursos de comunicação alternativa e aumentativa, como pictogramas, sistemas de comunicação por troca de figuras e aplicativos específicos. Essas ferramentas podem facilitar a expressão e compreensão dos alunos, promovendo a interação e a participação efetiva na sala de aula.

É importante também criar um ambiente escolar acolhedor e inclusivo, no qual os alunos com autismo se sintam seguros e valorizados. Isso envolve a conscientização de toda a comunidade escolar sobre as necessidades específicas desses alunos, a promoção da empatia e o combate ao preconceito e à discriminação.

O décimo artigo “Autismo: práticas educativas no ensino regular em uma escola de Caxias no Maranhão, Brasil, de Silva, Santos, Conceição e Soares (2021) trata-se de uma pesquisa aplicada, onde as autoras apresentam como dificuldades: preparar atividades diferenciadas, falta de adaptação curricular, falta de formação específica para trabalhar com pessoas com espectro autista, pouca compreensão sobre o próprio fenômeno do espectro autista, envolver o estudante com TEA em trabalho em grupo e a interação dele com os próprios colegas.

Muitos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) enfrentam dificuldades motoras e têm dificuldade em seguir comandos para realizar sequências de exercícios. Essas limitações motoras podem representar um desafio para os professores ao tentar desenvolver atividades físicas e coordenativas adequadas para esses alunos. Além disso, é necessário encontrar estratégias eficazes que capturem a atenção dos alunos com TEA e facilitem seu processo de aprendizado, o que pode ser extremamente desafiador.

As dificuldades motoras podem afetar a participação dos alunos com TEA em atividades físicas, esportivas e recreativas, onde os professores precisam desenvolver estratégias adaptativas, que levem em consideração as habilidades motoras individuais de cada aluno, para que eles possam participar ativamente e desfrutar de todas as experiências educativas proporcionadas.

Além disso, é essencial criar um ambiente inclusivo e estimulante, onde os alunos com TEA se sintam motivados e engajados que os professores devem utilizar abordagens pedagógicas diferenciadas, que sejam visualmente atrativas, envolvam recursos multimídia e sejam adaptadas às necessidades individuais dos alunos, isso deve envolver o uso de materiais visuais, jogos interativos, tecnologias assistivas e outras estratégias que facilitem a compreensão e a participação dos alunos com TEA.

O desafio em atrair e manter a atenção dos alunos com TEA durante as atividades de aprendizado é uma preocupação constante para os professores, pois é importante criar um ambiente estruturado e previsível, com rotinas claras e objetivos bem definidos.

O uso de recursos visuais, como agendas visuais, quadros de tarefas e cronogramas, pode ajudar os alunos a compreenderem o que é esperado deles e a se orientarem durante as atividades.

Além disso, os professores devem incorporar elementos de interesse e motivação dos alunos em suas práticas educativas. Isso pode incluir o uso de temas e materiais relacionados aos interesses individuais dos alunos com TEA, bem como a implementação de estratégias de

reforço positivo e feedback constante, que ao reconhecer e valorizar os esforços e conquistas dos alunos, é possível manter sua motivação e engajamento ao longo do processo de aprendizado.

O décimo primeiro artigo “Desafios estratégia na prática docente de professores de Educação Física com estudantes com transtorno espectro autista de Santos e Gonçalves (2021) apresenta como desafios: conhecer o estudante de forma profunda e individualizada e oferecer atividades que alcance de imediato às suas possibilidades. Denuncia não terem, os professores, formação adequada sobre a temática de inclusão, especialmente sobre o transtorno do espectro autista.

Segundo os autores, é apontado que muitos profissionais da área da educação encontram-se despreparados para lidar com as diversas deficiências apresentadas pelos alunos. Essa falta de preparo pode comprometer o processo de inclusão e aprendizagem desses estudantes. Além disso, ressalta-se a falta de apoio por parte das famílias, o que dificulta ainda mais o trabalho dos professores.

Um dos desafios enfrentados pelos profissionais é a dificuldade de manter um contato frequente e efetivo com os demais professores de diferentes disciplinas, onde a falta de comunicação e interação entre os docentes pode limitar a troca de informações e estratégias pedagógicas para atender às necessidades específicas de cada aluno, embora haja momentos de planejamento em conjunto, é necessário que a colaboração e o diálogo se estendam além dessas ocasiões.

É fundamental promover uma cultura de trabalho em equipe, em que os professores compartilhem suas experiências, desafios e soluções, visando à melhoria contínua da prática pedagógica, onde a criação de espaços para discussões e reflexões conjuntas pode contribuir para a construção de estratégias inclusivas e eficazes.

Além disso, é necessário investir em capacitação e formação continuada dos profissionais, para que estejam preparados para lidar com as diversas demandas e peculiaridades dos alunos com deficiência.

A atualização constante dos conhecimentos, tanto em relação às práticas pedagógicas quanto às especificidades das deficiências, é essencial para garantir uma educação inclusiva e de qualidade.

Outro aspecto relevante é o fortalecimento da parceria entre a escola e a família, e o envolvimento dos pais ou responsáveis é fundamental para entender as necessidades e potencialidades dos alunos, bem como para colaborar com o desenvolvimento de estratégias de apoio dentro e fora do ambiente escolar, estabelecendo canais de comunicação efetivos, promovendo reuniões periódicas, compartilhamento de informações e construção conjunta de planos de ação.

Em suma, os autores apontam a falta de preparo dos profissionais, a pouca interação entre os docentes de diferentes disciplinas e a ausência de apoio familiar como desafios a serem superados.

Para promover uma educação inclusiva e de qualidade, é necessário investir em formação continuada, fortalecer a comunicação entre os profissionais e estimular uma parceria efetiva com as famílias dos alunos, pois somente dessa forma será possível superar esses desafios e proporcionar um ambiente escolar acolhedor e inclusivo para todos os estudantes.

O décimo segundo artigo Transtorno do espectro autista, Educação Física escolar: revisão sistemática de literatura. Rossi-Andrion, Santos, Van Muster e Costa (2021) apresenta as dificuldades que os professores de Educação Física enfrentam para estimular os alunos a participarem de sala de aula.

Os autores ressaltam que os estudantes com TEA frequentemente enfrentam desafios sensoriais e têm dificuldades em trabalhar em grupo, onde traz à tona a importância da inclusão desses alunos nas aulas de Educação Física, destacando que a atividade física pode trazer benefícios significativos para o desenvolvimento global desses indivíduos. No entanto, os professores enfrentam obstáculos específicos ao tentar envolver os estudantes com TEA em atividades de grupo, onde um dos principais desafios é a sensibilidade sensorial desses alunos, muitas

vezes podem ter uma maior sensibilidade a estímulos sensoriais, como ruídos altos, luzes brilhantes ou toque.

Essa hipersensibilidade pode causar desconforto e ansiedade, tornando difícil para eles se envolverem em atividades que envolvam estímulos sensoriais intensos, como jogos em grupo ou esportes coletivos.

Além disso, o artigo menciona que os estudantes com TEA podem ter dificuldades na interação social e na compreensão das regras sociais implícitas nas atividades de grupo, que podem ter dificuldade em interpretar as intenções dos colegas e podem preferir se envolver em atividades individuais, onde têm mais controle sobre o ambiente e as interações.

Nesse contexto, é fundamental que os professores de Educação Física estejam preparados para lidar com esses desafios, utilizando-se de estratégias pedagógicas diferenciadas, adaptações ambientais e o estabelecimento de rotinas claras e previsíveis podem ajudar a criar um ambiente inclusivo e acolhedor para os alunos com TEA.

Cabe ressaltar que cada aluno com TEA é único, e as dificuldades e necessidades podem variar. Portanto, é necessário adotar uma abordagem individualizada, levando em consideração as preferências e habilidades de cada estudante.

Essas parcerias com profissionais especializados, como terapeutas ocupacionais ou psicólogos, também pode ser de grande ajuda para desenvolver estratégias eficazes de inclusão, além disso, é essencial promover a conscientização e a compreensão entre os demais alunos, a fim de criar um ambiente inclusivo e de respeito mútuo, onde a educação para a diversidade e a empatia são fundamentais para construir relações saudáveis e combater o estigma associado ao TEA.

Em resumo, o artigo destaca as dificuldades que os professores de Educação Física enfrentam ao tentar envolver os alunos com TEA em sala de aula. As dificuldades sensoriais e sociais enfrentadas pelos estudantes com TEA podem impactar sua participação em atividades de grupo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos doze artigos selecionados, específicos sobre alguns desafios e dificuldades na inclusão do aluno com transtorno do espectro autista, cinco deles são de pesquisa aplicada e os outros sete são de revisão. Ao realizar a leitura e a análise dos achados, nos doze artigos, pode-se ser elencada as principais características apontadas pelos autores sobre a temática, o que fornece uma visão panorâmica de como se apresenta este fenômeno em estudo, conforme se segue por sequência de frequência apontados à luz da literatura pesquisada:

A categoria mais contemplada como dificuldades e desafios foi a da fraca formação e qualificação docente, apresentada por vários autores que apontaram que há falta de qualificação efetiva para atender o público-alvo da Educação Especial, pois esses docentes se sentem inseguros para atuarem com crianças com transtorno espectro autista.

Muitas vezes, não sabendo atuar com eles por apresentarem dificuldades específicas como falta de interação social e dificuldades comunicacionais. Esse despreparo docente é fruto também uma fraca formação Inicial e da fraca efetivação de políticas públicas de formação continuada do professor. Portanto, por não estarem preparados o suficiente, precisam receber melhor formação continuada, inicial e continuada, para atuarem com estudantes com autismo, de forma a entenderem profundamente como o estudante se comporta e quais são seus problemas e suas necessidades (Barreto, 2021; Carneiro; Silva; Vasconcelos; ribeiro, 2021), Padilha (2021), ribeiro; Carniatto, 2021; Santos; Gonçalves, 2021; silva; santos; conceição; soares, 2021; silva; Coutinho, 2021).

A segunda categoria mais pontuada pelos autores foi a dificuldade de interação social. As dificuldades de interação social trazem prejuízos para criança na questão da socialização. Muitas vezes pelo fato de serem retraídas e caladas, torna-se difícil trabalhar com elas atividades em grupo.

Portanto, envolver estudantes em trabalho em grupo é um grande desafio para o professor pois muitas vezes os estudantes são isolados, inibidos, além de preferirem ficar sozinhas. Neste sentido os docentes precisam aprender a atuarem de forma que consiga conquistar os alunos para a socialização, por meio de métodos e práticas na interação social (Carneiro, silva, Vasconcelos e ribeiro, 2021; oliveira, 2021; Padilha, 2021; Rossi-andrion; santos; van Muster; costa, 2021; Sousa; abreu 2021; silva, santos; conceição; soares 2021; silva; Voutinho 2021; Van muster; costa 2021).

A terceira categoria mais contemplada pelos autores foi a prática pedagógica inadequada. É preciso se repensar em melhorias da prática pedagógica, pois trabalhar sempre os mesmos métodos tradicionais e inadequados, deixando o estudante passivo, torna-se prejudicial para criança com espectro autista. Ela precisa de métodos específicos e adequados, com atividades diferenciadas e adequações específicas para auxiliarem os estudantes com o transtorno do espectro autista a terem desejo de participar das aulas de forma mais atuante (BARRETO, 2021; CARNEIRO; SILVA; VASCONCELOS; RIBEIRO, 2021; SILVA; SANTOS; CONCEIÇÃO; SOARES, 2021; SOUZA; ABREU, 2021).

A quarta categoria é a falta de apoio familiar na participação de acompanhamento ao aluno apresentada por vários autores. A família também não está preparada para atuar junto ao aluno com transtorno do espectro autista para apoiá-lo em seus trabalhos escolares, portanto ela apresenta dificuldade. Os autores apontam que é relevante essa parceria da família no ambiente escolar, porém elas precisam receber preparo a fim de que possam dar o devido apoio e contribui assim com o desenvolvimento dos seus filhos (BARRETO, 2021; PADILHA, 2021; PIZZOLI; MAIDL; SILVA; FRANCO, 2021; RIBEIRO; CARNIATTO, 2021; SANTOS; GONÇALVES, 2021; SILVA; COUTINHO 2021; SOUSA; ABREU, 2021).

A quinta categoria é estrutura escolar inadequada. Vários autores pontuam que falta ambientação adequada para atuarem com pessoas com deficiências e transtornos. Este espaço físico inadequado precisa passar por um processo de melhor planejamento nas mobílias e rearranjos.

As escolas não estão preparadas para receber estudantes com deficiência e transtornos. Não há investimento na estrutura física, principalmente na acessibilidade nas escolas, ela precisa se adequar a esses tipos de estudantes. BARRETO; 2021; CARNEIRO; SILVA; VASCONCELOS; RIBEIRO,2021; PADILHA, 2021; PIZZOLI; MAIDL; SILVA FRANCO, 2021; RIBEIRO; CARNIATTO, 2021; SILVA; COUTINHO, 2021).

Outras dificuldades e desafios são pontuados com menos frequência pelos autores como: superlotação das salas de aula, dificuldades do estudante com TEA compreender a linguagem não verbal, entender a linguagem emocional e expressar afetos como beijar, abraçar, manter contato emocional, baixa autoestima, inflexibilidade em mudar de rotinas, dificuldades sensoriais com sabores, texturas, ruídos e olhar nos olhos (CARNEIRO; SILVA; VASCONCELOS; OLIVEIRA, 2021; PADILHA, 2021; RIBEIRO, 2021; RIBEIRO; CARNIATTO, 2021; ROSSI-ANDRION, SANTOS, VAN MUSTER; COSTA, 2021; SENA, 2021; SILVA E COUTINHO, 2021; SOUSA; ABREU, 2021).

Esta série de características oportunizam aos professores uma melhor visão acerca do fenômeno transtorno do espectro autista com o fim de melhor conhecer seus estudantes que apresentam o transtorno.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa proporcionou uma reflexão sobre a questão da inclusão de alunos autistas no contexto escolar de forma a contribuir no desvelamento das principais dificuldades e desafios, oportunizando compreender as práticas dos professores em relação ao autismo.

Inicialmente nos propomos a responder ao seguinte problema de pesquisa: que dificuldades e desafios são apontados como recorrentes nas produções acadêmicas (artigos em periódicos) sobre a temática na Inclusão Educacional de alunos com autismo?

Para responder à questão central, foram elencadas duas hipóteses que procurarão dar suporte à pesquisa: a primeira é que as produções destes artigos apontam para as características comuns nos possuidores do TEA e, a segunda é que eles dão algumas orientações sobre como lidar com o TEA, e isto produz um maior aporte aos professores de Educação Especial e aos docentes da classe comum para lidarem com estes estudantes.

Partilha-se aqui, uma série de características que foram elencados em categorias como aspectos ligados a ausência de formação continuada específica sobre como lidar com estudantes com transtorno do espectro autista. É necessário que o professor conheça os níveis do transtorno. Outro aspecto importante é o de que a os professores precisam a aprender como lidar com estes estudantes, modificando assim os seus métodos por meio da prática de adequações.

É de suma importância de diante das dificuldades de interação social, comunicação e estereotípias o professor possa agir como mediador, facilitando a inclusão de estudantes com TEA. Desta forma, poderão envolver os estudantes nas atividades, mobilizando-os para que possam minimizar o retraimento, a inibição e o isolamento, oportunizando socialização destes estudantes.

Outros dois aspectos comuns pontuados pelos autores é a falta de preparo e envolvimento da família no acompanhamento dos estudantes e a adequação da escola para receber estudantes com transtornos e deficiências, pois isto resultará em melhores aprendizagem para estes sujeitos da aprendizagem.

Outro grande detalhe pontuado pelos autores é que os professores, na prática profissional, não devem tornar suas aulas com metodologias repetitivas. Para isso, devem-se buscar novos mecanismos que possam auxiliar na melhoria da educação dos alunos autistas e trilhar caminhos

para a aquisição de um ensino verdadeiramente de qualidade, gratificante e enriquecedor, para tanto, precisa contar com profissionais da Educação Especial bem-preparados.

5 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE PSIQUIATRIA AMERICANA (AMERICAN PSYQUIATRIC ASSOCIATION – APA). Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARRETO, Mayra Ferreira. Alfabetização e letramento de alunos com transtorno do espectro do autismo (TEA). *Revista Amor Mundi*, v. 2, n. 7, 2021.

CARNEIRO, Lucilla Vieira, Vitória; SILVA, Polliany de Oliveira; VASCONCELLOS, Fernanda Lima de Farias; RIBEIRO, Kátia Suely Queiroz Silva. Desafios no processo de educação inclusiva para crianças com transtorno do espectro autista. *REAS*, v. 13, n. 6, 2021.

OLIVEIRA, Júlio Paulo Silva de. O docente e a inclusão da criança autista. *RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber*, v. 06, p. 01-11, jun. 2021.

ONU. Declaração de Salamanca: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.

PADILHA, Gabrielli de Souza. Os desafios da inclusão da criança com autismo na Educação infantil: a perspectiva da contação de história como mediadora no processo de interação. *Revista Linguagem, Ensino e Educação, Criciúma*, v. 5, n. 1, jan. jun. 2021.

PIZOLLI, Graziela Aparecida; MAIDL, Noemia Aparecida; SILVA FRANCO, Claudinéia Conationi da. A realidade da inclusão de autistas no ensino regular. *Monumenta, Paraíso do Norte, PR*, v. 2, n. 1, p. 131-142, março 2021.

RIBEIRO, Taiane Aparecida Nepomoceno; CARNIATTO, Irene. Inclusão na perspectiva da educação básica pública: desafios e possibilidades. *DIVERSITAS JOURNAL, Santana do Ipanema/AL*, vol. 6, n. 3, p. 3518-3534, jul./set. 2021.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente. In: *Práticas em educação especial*

e inclusiva na área da deficiência mental / Vera Lúcia Messias Fialho Capellini (org.). – Bauru: MEC/FC/SEE, 2008.

ROSSI-ANDRION, Patrícia Santos; SANTOS, Sabrina Hermann dos; VAN MUNSTER, Mey de Abreu Costa, Maria da Piedade Resende da. Transtorno do espectro autista e Educação Física Escolar: revisão sistemática de literatura. *Rev. Assoc. Bras. Ativ. Mot. Adapt*, Marília, v. 22, n. 1, p. 175-194, jan./jun., 2021.

SANTOS, Thiely Kistt; GONÇALVES, Patrick da Silveira. Desafios e estratégias na prática docente de professores de Educação Física com estudantes com Transtorno do espectro autista. *Revista Biomotriz*, v. 15, n. 1, 2021.

SENA, Angélica Rocha de. Autismo: inclusão da criança autista na sala de aula. *Pleiade*, v. 15, n. 33, p. 111-121, jul./dez. 2021.

SILVA, Anne Patrícia Pimentel Nascimento da; SOUZA, Roberta Teixeira de; VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento. *Rev. Educação*, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 1-12, set.-dez. 2020.

SILVA, Janete Santos; SANTOS, Wanessa Costa dos; CONCEIÇÃO, Camila Braga da; SOARES, Cecília Regina Galdino. Autismo: práticas educativas no ensino regular em uma escola de Caxias, Maranhão, Brasil. *Journal of Education, Science and Health – JESH*, v. 1, n. 3, p. 1-10, jul./set., 2021.

SILVA, Jéssica Cristina Barbosa da; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. Educação inclusiva: perspectiva e desafios da família/escola no processo de ensino-aprendizagem ensino fundamental. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 13, 2021.

SOUZA, Rianne Freciano de Souza; ABREU, José Roberto Gonçalves de Abreu. Contribuição didática e pedagógica para o ensino do aluno autista: dilemas, perspectivas e possibilidades. *Cadernos Camilliani*, v. 18, n. 1, p. 2594-2614, março 2021.

TAMANAH, Ana Carina; PERISSINOTO, Jacy; CHIARI, Brasília Maria. Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger. *Rev. Soc. Bras. Fonoaudiol.*, v. 13, n. 3, p. 296-299, 2008.

SOBRE OS AUTORES

Ana Gabriela Bezerra da Silva Aguiar

Graduada em Pedagogia pelo Instituto de Ensino Superior Vale do Acaraú (UVA), Pós- graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica pelo Centro de Ensino Superior (CESSF), Pós-graduanda do Curso de Pós graduação no curso de Educação Especial e Inclusiva pelo Centro de Ensino Superior (CESSF).

José Carlos Guimarães junior

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8233-2628>
Doutor em Biodiversidade e Biotecnologia-Rede Bionorte
Universidade do Estado do Amazonas
Governo do Distrito Federal, Brasil
E-mail: profjc65@hotmail.com

Creide do Nascimento Silva de Paula Azevedo

<https://orcid.org/0000-0003-1827-7385>
Mestra em Ensino de Ciências Naturais- Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).
Creides827@gmail.com.br
Mestra em Ensino de Ciências Naturais (PPGECN- área de concentração Ensino de Química) pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) no ano de 2021. Especialista em Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos (IE/UFMT) no ano de 2015. Especialista em Ensino de Química (FUNIP/ MG) no ano de 2022; e Licenciada em Química no ano de 2005 pela Universidade Federal de Mato Grosso. Atualmente é professora efetiva na Secretária de Educação de Mato Grosso, lotada na Escola Estadual Dione Augusta Silva e Souza, desde 2013 no município de Cuiabá, atuou, também como tutora (IFMT/UAB) no curso de Licenciatura em Química no ano de 2011 a 2012. Possui experiência na área de Educação em Química; Economia Solidária, Ensino de Química. E atualmente em 2022 cursando Licenciatura em Pedagogia pela (UNINTER). (Texto informado pelo autor)

Ana Lúcia dos Reis Sana

Pedagoga e Bióloga
Especialização em gestão escolar.
Cursando Especialização Metodologia e Didática do Ensino- UNEMAT
Professora efetiva da rede municipal de Diamantino- MT
<https://orcid.org/0009-0006-4855-9913>
<https://lattes.cnpq.br/6678503479533354>
analuciasana6@gmail.com

Francisco Carneiro Braga

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4275-8122>
Doutorando em Educação pela Universidade Estácio de Sá- Brasil
E-mail: franciscocarneirob@hotmail.com

LEGISLAÇÕES PERTINENTES NO BRASIL E MUNDO (alguns países)

BRASIL

1)- Lei nº 12.764/2012: Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, é uma legislação brasileira que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), sendo considerada de extrema importância para garantir a inclusão e o respeito aos direitos das pessoas com autismo no país.

Uma das principais conquistas proporcionadas por essa legislação é o reconhecimento do autismo como deficiência, garantindo às pessoas com TEA o acesso a direitos e benefícios previstos em outras legislações, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

A Lei Berenice Piana estabelece diretrizes para a promoção e a defesa dos direitos das pessoas com autismo, visando assegurar a sua dignidade, autonomia, participação e inclusão social, e abrange diversos aspectos, como saúde, educação, trabalho, acesso a serviços e apoios especializados, e combate à discriminação.

No que diz respeito à saúde, essa lei determina que o diagnóstico do autismo seja realizado por equipe multidisciplinar e que o tratamento seja garantido pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com atendimento especializado e integral, incluindo terapias e medicamentos necessários.

Na área da educação, a legislação busca garantir a inclusão escolar das pessoas com autismo, assegurando o acesso à educação regular e a adaptações curriculares necessárias para atender às suas necessidades específicas, e prevê também a capacitação de professores e profissionais da educação para o atendimento adequado a alunos com TEA.

Além disso, a Lei Berenice Piana destaca a importância da capacitação de profissionais de diversas áreas para o atendimento adequado às pessoas com autismo, bem como a promoção de campanhas

de conscientização e informação sobre o tema.

No âmbito do trabalho, a legislação busca incentivar a inclusão profissional das pessoas com TEA, estabelecendo medidas para a criação de vagas de trabalho específicas e programas de qualificação e reabilitação profissional.

Essa mesma norma prevê a criação de centros de referência especializados em autismo, a fim de fornecer atendimento, orientação e suporte às pessoas com autismo e suas famílias.

Destaque a importância dessa lei, que representa um avanço significativo na promoção dos direitos das pessoas com autismo no Brasil, porém, é fundamental que haja um esforço contínuo para sua efetiva implementação em todo o país.

O processo de conscientização da sociedade, a ampliação de recursos e serviços especializados, bem como o combate à discriminação, são desafios que devem ser enfrentados para garantir uma inclusão plena e digna às pessoas com TEA.

2)- Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência): Reconhece o autismo como deficiência e garante direitos e proteção às pessoas com TEA.

A Lei nº 13.146/2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, é uma legislação brasileira de extrema importância para o reconhecimento e a garantia de direitos das pessoas com deficiência, incluindo aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que representa um marco na luta pela inclusão e igualdade, assegurando proteção e oportunidades para todos.

Uma das conquistas significativas trazidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência é o reconhecimento legal do autismo como uma deficiência, o que implica na inclusão das pessoas com TEA em todas as políticas, programas e ações voltadas para a promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Esse estatuto estabelece diretrizes para assegurar a dignidade, a autonomia, a igualdade de oportunidades, a participação social e a plena inclusão das pessoas com TEA na sociedade, abrangendo diversas áreas, como educação, saúde, trabalho, acessibilidade, transporte, cultura, esporte, lazer e assistência social.

No contexto educacional, a lei determina que as pessoas com autismo têm direito à educação inclusiva em escolas regulares, com adaptações curriculares, suportes pedagógicos e atendimento especializado necessários para garantir o pleno desenvolvimento e aprendizado.

Em relação à saúde, o estatuto assegura o acesso das pessoas com TEA aos serviços de saúde, incluindo diagnóstico, tratamento, medicamentos e terapias necessárias para o seu bem-estar físico e mental, onde são previstas ações para a capacitação de profissionais de saúde no atendimento às pessoas com autismo.

No campo do trabalho, a lei busca promover a inclusão profissional das pessoas com TEA, estabelecendo medidas para a eliminação de barreiras e discriminações, além de incentivar a contratação e a permanência dessas pessoas no mercado de trabalho.

A acessibilidade é um aspecto fundamental abordado pelo estatuto, onde no seu contexto, determina que os espaços públicos e privados devem ser acessíveis e garantir condições adequadas de mobilidade, comunicação e interação para as pessoas com autismo e outras deficiências.

Além disso, o estatuto estabelece a criação de programas de reabilitação e habilitação, a promoção do acesso à cultura, ao esporte e ao lazer, assim como a garantia de apoio e proteção às pessoas com TEA em situação de vulnerabilidade.

Essa norma representa um importante avanço na promoção dos direitos das pessoas com autismo no Brasil, no entanto, é essencial que haja um trabalho contínuo para sua efetiva implementação, conscientização da sociedade e combate à discriminação, a fim de alcançar uma inclusão plena e igualdade de oportunidades para todas as

pessoas com TEA.

Legislação dos Estados Unidos (tradução de José Carlos Guimarães, Ph.D)

1)-Autism CARES Act: Legislação que fornece financiamento para pesquisa, educação e serviços de apoio às pessoas com autismo.

O Autism CARES Act, também conhecido como Lei CARES para o Autismo, é uma legislação dos Estados Unidos que desempenha um papel crucial no fornecimento de financiamento para pesquisa, educação e serviços de apoio às pessoas com autismo. Essa lei representa um compromisso sério do governo em melhorar a qualidade de vida das pessoas com autismo e suas famílias.

Uma das principais áreas que o Autism CARES Act aborda é a pesquisa, onde essa legislação destina recursos financeiros para o financiamento de estudos científicos relacionados ao autismo, visando entender melhor suas causas, desenvolver intervenções eficazes e promover avanços no diagnóstico e tratamento do transtorno, tendo como um dos objetivos, a promoção de uma base de conhecimento sólida que possa contribuir para o desenvolvimento de melhores práticas e políticas públicas voltadas para o autismo.

Além disso, o Autism CARES Act direciona recursos para a educação de pessoas com autismo. A lei busca promover o acesso a serviços educacionais de qualidade, incluindo o desenvolvimento de programas de capacitação para educadores, a fim de garantir que eles possam atender às necessidades específicas das crianças e jovens com autismo.

Também são previstas medidas para aprimorar as estratégias de inclusão escolar e fornecer suportes adequados para garantir o pleno desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com TEA.

Essa norma também destaca a importância de serviços de apoio e intervenção precoce para pessoas com autismo, estabelecendo a disponibilidade de recursos para a criação e o aprimoramento de programas de intervenção, terapias e serviços de suporte, com o objetivo de promover o desenvolvimento global e o bem-estar das pessoas com TEA. Esses serviços podem abranger desde terapias comportamentais e ocupacionais até serviços de fonoaudiologia, psicologia e assistência social.

Outro aspecto relevante do Autism CARES Act é o foco na coordenação e colaboração entre as agências governamentais, organizações sem fins lucrativos, pesquisadores e profissionais da área do autismo, onde essa legislação visa a incentivar a troca de informações, o compartilhamento de melhores práticas e a cooperação entre os diferentes setores envolvidos no cuidado e apoio às pessoas com autismo.

Portanto, o Autism CARES Act é uma legislação fundamental que reconhece a importância de investimentos financeiros contínuos em pesquisa, educação e serviços de apoio para o autismo, desempenhando um papel significativo na promoção de avanços na compreensão do autismo, na melhoria da qualidade de vida das pessoas afetadas e na garantia de que elas tenham acesso a serviços adequados e suporte necessário para alcançar seu potencial máximo.

2)- Individuals with Disabilities Education Act (IDEA): Lei que estabelece diretrizes para a educação de crianças com deficiências, incluindo o autismo.

O Individuals with Disabilities Education Act (IDEA), ou Lei de Educação para Pessoas com Deficiência, é uma legislação dos Estados Unidos que estabelece diretrizes fundamentais para a educação de crianças com deficiências, incluindo o autismo.

Essa lei desempenha um papel crucial na garantia de uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades especiais.

O IDEA reconhece que todas as crianças têm o direito de receber uma educação apropriada às suas necessidades individuais, incluindo aquelas com autismo. A legislação estabelece que as escolas públicas devem fornecer serviços de educação especial e apoios necessários para garantir a participação e o progresso educacional dos estudantes com TEA.

Uma das principais disposições do IDEA é o Plano de Educação Individualizada (IEP, na sigla em inglês), que é desenvolvido de forma individualizada para cada estudante com autismo, em conjunto com seus pais e uma equipe multidisciplinar.

O IEP descreve as metas educacionais, os serviços e apoios necessários para atender às necessidades educacionais do aluno, garantindo um ambiente inclusivo e adaptado às suas particularidades.

O IDEA também assegura o princípio de *Least Restrictive Environment (LRE)*, que determina que os estudantes com autismo devem ser educados, na medida do possível, em ambientes regularmente frequentados por crianças sem deficiência; isso significa que as escolas devem fazer esforços para incluir alunos com TEA em turmas regulares, proporcionando os recursos e apoios necessários para sua participação plena e efetiva.

Além disso, o IDEA estabelece a necessidade de avaliação e identificação precoce de crianças com deficiências, incluindo o autismo, enfatizando a importância de um processo de avaliação abrangente e multidisciplinar para determinar as necessidades educacionais individuais e desenvolver um plano de educação adequado.

A lei também assegura a participação dos pais no processo educacional, garantindo que eles sejam envolvidos nas decisões relacionadas ao IEP de seus filhos, reconhecendo a importância da parceria entre a escola e a família na promoção do sucesso educacional das crianças com autismo.

Em resumo, o Individuals with Disabilities Education Act (IDEA) é uma legislação abrangente e importante que visa garantir a igualdade de oportunidades educacionais para crianças com deficiências, incluindo o autismo, que ao estabelecer as diretrizes claras e abrangentes, o IDEA promove a inclusão e o desenvolvimento educacional desses estudantes, reconhecendo suas necessidades individuais e assegurando que recebam os serviços e apoios necessários para atingir seu potencial máximo.

Legislação do Reino Unido

1)- Autism Act 2009: Lei que busca melhorar os serviços e o apoio às pessoas com autismo na Inglaterra.

O Autism Act 2009 é uma legislação do Reino Unido que tem como objetivo melhorar os serviços e o apoio oferecidos às pessoas com autismo na Inglaterra, o que representa um avanço significativo na garantia de direitos e na promoção da inclusão das pessoas com autismo, reconhecendo as necessidades específicas desse grupo.

O Autism Act estabelece a responsabilidade dos órgãos governamentais em fornecer serviços adequados às pessoas com autismo, considerando suas necessidades individuais, e tem como objetivo melhorar o acesso a diagnóstico, intervenção precoce, educação, emprego e outros serviços essenciais.

Uma das principais disposições do Autism Act é a elaboração de um Plano de Ação Nacional para o Autismo, que vislumbra estabelecer diretrizes e metas claras para melhorar a qualidade dos serviços, promover a conscientização sobre o autismo e fortalecer a colaboração entre os diferentes setores envolvidos no cuidado às pessoas com autismo.

A lei também enfatiza a importância da participação das pessoas com autismo e de suas famílias na tomada de decisões sobre os serviços que lhes são prestados, onde destaca a necessidade de envolver as pessoas com TEA em todas as etapas do planejamento, implementação e avaliação das políticas e serviços relacionados ao autismo.

Além disso, o Autism Act incentiva a melhoria da formação e capacitação dos profissionais que trabalham com pessoas com autismo, buscando garantir que os profissionais tenham o conhecimento e as habilidades necessárias para fornecer um atendimento adequado e sensível às necessidades específicas das pessoas com TEA.

Essa norma também promove a conscientização e o entendimento do autismo na sociedade em geral, buscando combater o estigma e a discriminação, promovendo a inclusão das pessoas com autismo em todos os aspectos da vida, desde a educação e o emprego até o acesso a serviços de saúde e lazer.

É importante ressaltar que o Autism Act 2009 representa um compromisso do governo britânico em melhorar a vida das pessoas com autismo e suas famílias. No entanto, a implementação efetiva da legislação requer um esforço contínuo para garantir a disponibilidade de recursos adequados, a formação de profissionais e a participação ativa das pessoas com autismo na formulação das políticas relacionadas ao seu bem-estar e inclusão na sociedade britânica.

2)- The Equality Act 2010: Lei que proíbe a discriminação com base em deficiência, incluindo o autismo.

A Lei da Igualdade de 2010 é uma legislação do Reino Unido que desempenha um papel significativo na promoção da igualdade e na proibição da discriminação com base em várias características, incluindo deficiência, que abrange o autismo, e abrange a garantia que indivíduos com autismo estejam protegidos contra discriminação e tenham acesso igualitário a oportunidades e serviços em diversos aspectos da vida.

A Lei da Igualdade de 2010 proíbe explicitamente a discriminação contra indivíduos com autismo em áreas como educação, emprego, moradia e oferta de bens e serviços, assegurando que as pessoas com autismo sejam tratadas de forma justa e sem preconceitos, promovendo inclusão e igualdade de oportunidades para sua plena participação na

sociedade.

No setor educacional, essa norma garante que indivíduos com autismo tenham o direito de receber igualdade de oportunidades educacionais e adaptações razoáveis, onde escolas e instituições educacionais são obrigadas a fazer ajustes necessários para atender às necessidades específicas dos estudantes com autismo, garantindo-lhes igual acesso à educação e ao suporte necessário para obter sucesso acadêmico.

No ambiente de trabalho, a Lei da Igualdade de 2010 proíbe a discriminação contra funcionários ou candidatos a emprego com autismo, exigindo que os empregadores façam adaptações razoáveis para acomodar as necessidades dos indivíduos com autismo, permitindo-lhes participar plenamente do emprego e das oportunidades de progresso na carreira.

Além disso, a lei aborda a discriminação no âmbito da moradia, garantindo que pessoas com autismo tenham acesso igualitário a acomodações adequadas, sem enfrentar barreiras injustificadas ou preconceitos, onde estabelece que proprietários e fornecedores de acomodações devem oferecer adaptações razoáveis em suas políticas e práticas para acomodar as necessidades específicas das pessoas com autismo. Essa disposição tem o objetivo de garantir que as pessoas com autismo tenham oportunidades iguais de acesso a moradias seguras, acessíveis e apropriadas para suas necessidades.

Isso significa que, de acordo com a lei, não é permitido recusar a locação ou venda de uma propriedade com base na deficiência, incluindo o autismo, e os proprietários também não podem impor requisitos ou restrições discriminatórias para pessoas com autismo.

Essa proteção legal é fundamental para garantir que as pessoas com autismo possam viver de forma independente e integrada em suas comunidades, sem enfrentar discriminação ou exclusão no processo de busca e acesso à moradia; é mais um passo importante para promover a inclusão social e garantir o exercício pleno dos direitos das pessoas com autismo no âmbito da habitação.

Em resumo, a Lei da Igualdade de 2010 no Reino Unido é uma legislação crucial que protege os direitos de indivíduos com autismo e promove a igualdade e inclusão. Ao proibir a discriminação e exigir adaptações razoáveis, essa lei promove uma sociedade que valoriza e apoia os direitos e o bem-estar das pessoas com autismo, permitindo-lhes participar plenamente de todos os aspectos da vida em igualdade com os demais.

Legislação da Austrália

1)-Disability Discrimination Act 1992: Lei que proíbe a discriminação com base em deficiência, incluindo o autismo.

O Disability Discrimination Act- (DDA) de 1992, é uma lei australiana que desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade de direitos e na proibição da discriminação com base em deficiência, incluindo o autismo; busca garantir que todas as pessoas, independentemente de suas deficiências, tenham acesso igualitário a oportunidades e serviços em diversos aspectos da vida.

O DDA proíbe a discriminação contra pessoas com deficiência em áreas-chave, como emprego, educação, acesso a bens e serviços, acomodações e instalações públicas, associações e atividades governamentais, eliminando as barreiras e os preconceitos que as pessoas com deficiência, incluindo aquelas com autismo, enfrentam diariamente.

No âmbito do emprego, o DDA exige que os empregadores ofereçam igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência, incluindo adaptações razoáveis para acomodar suas necessidades, proibindo a discriminação durante o processo de contratação, promoção, treinamento e condições de trabalho, garantindo que as pessoas com autismo tenham as mesmas chances de obter e manter emprego.

No contexto educacional, o DDA busca garantir que estudantes com autismo tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais, exigindo as instituições educacionais façam adaptações razoáveis para atender às necessidades dos alunos com deficiência, proporcionando-lhes um ambiente inclusivo e suportivo que permita seu pleno desenvolvimento acadêmico.

Além disso, o DDA aborda a acessibilidade de bens e serviços, exigindo que eles sejam disponibilizados de forma acessível para pessoas com deficiência; isso inclui a garantia de que as instalações públicas, transporte, serviços de saúde, lazer e entretenimento estejam acessíveis e utilizáveis por todos, independentemente de sua deficiência, incluindo o autismo.

O DDA também protege as pessoas com deficiência contra discriminação em associações e atividades governamentais, garantindo que as pessoas com autismo tenham o direito de participar plenamente de organizações, clubes e eventos comunitários, sem enfrentar discriminação ou exclusão.

Estabelece também estabelece órgãos de proteção e recursos para garantir a implementação efetiva do DDA, ajudando na promoção da conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência e auxiliam na resolução de disputas relacionadas à discriminação.

Em suma, o Disability Discrimination Act (DDA) de 1992 é uma legislação importante na Austrália que proíbe a discriminação com base em deficiência, incluindo o autismo, que busca garantir a igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas com deficiência, assegurando que elas possam participar plenamente da sociedade, sem enfrentar barreiras ou preconceitos, desempenhando dessa forma, um papel crucial na promoção da inclusão e no combate à discriminação, visando uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

2)- National Disability Insurance Scheme Act 2013: Lei que estabelece um sistema de seguro nacional para pessoas com deficiência, incluindo o autismo.

O National Disability Insurance Scheme Act (NDIS) de 2013 é uma legislação australiana que estabelece um sistema de seguro nacional para pessoas com deficiência, incluindo o autismo.

Essa lei foi criada com o objetivo de proporcionar suporte e serviços adequados para pessoas com deficiência, promovendo sua independência, inclusão e qualidade de vida.

O NDIS é um sistema abrangente que visa oferecer um planejamento individualizado para atender às necessidades específicas de cada pessoa com deficiência, e busca garantir que essas pessoas tenham acesso aos serviços e apoios necessários para maximizar seu potencial e participar plenamente da sociedade.

Uma das principais características do NDIS é o fornecimento de pacotes de suporte individualizados, que são elaborados de acordo com as necessidades e objetivos de cada pessoa com deficiência, que incluem serviços de saúde, educação, emprego, apoio residencial, terapias, equipamentos assistivos e outros tipos de suporte necessário.

O NDIS também tem como objetivo promover a escolha e o controle das pessoas com deficiência sobre os serviços e apoios que recebem, buscando o empoderamento das pessoas com autismo e outras deficiências, permitindo que elas tenham voz ativa na tomada de decisões relacionadas ao seu cuidado e bem-estar.

Além disso, o NDIS trabalha em estreita colaboração com as famílias e cuidadores das pessoas com deficiência, reconhecendo seu papel fundamental no suporte e na promoção do bem-estar dessas pessoas; esse sistema visa fornecer suporte também às famílias, oferecendo informações, treinamento e recursos para auxiliá-las no cuidado diário e no desenvolvimento de suas habilidades de apoio.

O NDIS é financiado pelo governo e busca garantir a sustentabilidade a longo prazo dos serviços e apoios oferecidos às pessoas com deficiência, e busca otimizar o uso dos recursos disponíveis,

garantindo uma distribuição justa e eficiente dos fundos para atender às necessidades daqueles que se qualificam para o sistema.

Essa legislação também estabelece órgãos de supervisão e recursos para monitorar e avaliar a implementação e o funcionamento do NDIS; isso visa garantir a prestação de serviços de alta qualidade e a proteção dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo o autismo, dentro do sistema.

O NDIS é um marco importante na Austrália, pois reconhece a importância de oferecer suporte adequado e individualizado para pessoas com deficiência, garantindo a igualdade de oportunidades e promover a inclusão plena dessas pessoas na sociedade, proporcionando-lhes os recursos necessários para alcançar seu potencial máximo e viver uma vida significativa e autônoma.

Em resumo, o National Disability Insurance Scheme Act (NDIS) de 2013 é uma legislação australiana que estabelece um sistema de seguro nacional para pessoas com deficiência, incluindo o autismo, que visa fornecer suporte e serviços individualizados, promovendo a independência, inclusão e qualidade de vida das pessoas com deficiência.

O NDIS busca garantir acesso equitativo aos serviços, promover a participação ativa das pessoas com deficiência e fortalecer suas famílias como parceiros fundamentais no processo de cuidado e apoio; além disso, o NDIS se preocupa em garantir a sustentabilidade financeira do sistema, assegurando uma distribuição eficiente e equitativa dos recursos disponíveis.

Uma das principais vantagens do NDIS é que ele oferece um enfoque individualizado, reconhecendo que cada pessoa com deficiência tem necessidades únicas e requer suporte personalizado, o que significa que os pacotes de suporte são adaptados às necessidades específicas de cada indivíduo, levando em consideração suas habilidades, objetivos e preferências.

Essa Lei também enfatiza a importância da escolha e do controle por parte das pessoas com deficiência, na busca capacitar os beneficiários, permitindo que eles tomem decisões informadas sobre os serviços e os provedores de apoio que melhor atendam às suas necessidades e, dessa forma, as pessoas com autismo e outras deficiências têm maior autonomia e podem influenciar diretamente o tipo de suporte que recebem.

Outro aspecto fundamental do NDIS é sua abordagem preventiva, que visa fornecer suporte o mais cedo possível na vida das pessoas com deficiência, fato esse que permite intervenções precoces e efetivas, garantindo um melhor desenvolvimento e qualidade de vida a longo prazo.

Além disso, o NDIS também oferece suporte ao longo da vida, adaptando-se às mudanças nas necessidades das pessoas com deficiência à medida que elas crescem e se desenvolvem.

TÓPICOS IMPORTANTES DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE DIREITOS DA PESSOA AUTISTA (no Brasil)

1)-**Atendimento prioritário:** Pessoas com autismo têm direito ao atendimento prioritário em estabelecimentos públicos e privados, conforme estabelecido pela Lei nº 10.048/2000, assegurando que pessoas com deficiência, incluindo autistas, tenham prioridade no acesso a serviços como saúde, educação, transporte e atendimento ao consumidor.

A Lei nº 10.048/2000, conhecida como Lei da Prioridade de Atendimento, estabelece medidas para a garantia de atendimento prioritário a pessoas com deficiência, idosos com idade igual ou superior a 60 anos, gestantes, lactantes, pessoas com crianças de colo e pessoas com mobilidade reduzida em estabelecimentos públicos e privados que prestam serviços ao público em geral.

Essa legislação tem como objetivo principal assegurar o direito à igualdade e à não discriminação, garantindo condições adequadas de acesso aos serviços e evitando que esses grupos enfrentem obstáculos ou sejam preteridos em situações cotidianas.

A Lei da Prioridade de Atendimento estabelece que essas pessoas têm o direito de receber atendimento prioritário em filas de espera, tanto em órgãos públicos quanto em estabelecimentos privados, como bancos, supermercados, farmácias, hospitais, entre outros, onde a prioridade deve ser garantida de forma digna e respeitosa, levando em consideração as necessidades específicas de cada indivíduo.

No caso das pessoas com deficiência, essa lei contribui para a inclusão e acessibilidade, uma vez que considera suas limitações físicas, sensoriais, intelectuais ou psicossociais, e, por exemplo, as pessoas com autismo podem se beneficiar dessa lei ao terem prioridade de atendimento em locais que podem ser mais desafiadores para elas, como ambientes barulhentos ou com muitos estímulos visuais.

É importante destacar que a Lei nº 10.048/2000 também estabelece que os estabelecimentos devem disponibilizar meios adequados para a identificação e a comunicação dos indivíduos que necessitam de atendimento prioritário; onde além disso, ela prevê a aplicação de penalidades em caso de descumprimento, visando incentivar o cumprimento da lei e garantir que os direitos dessas pessoas sejam respeitados.

A Lei da Prioridade de Atendimento representa um avanço significativo na promoção da inclusão e da igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência, idosos e outros grupos mencionados. Ela busca reduzir as barreiras e os obstáculos enfrentados por essas pessoas no acesso a serviços essenciais, garantindo que sejam tratadas de forma digna, respeitosa e com prioridade.

No entanto, é fundamental que haja conscientização por parte da sociedade e treinamento adequado aos profissionais que atuam nos estabelecimentos, para que a implementação dessa lei seja efetiva e os direitos das pessoas sejam de fato respeitados. É responsabilidade de todos promover uma cultura de inclusão e acessibilidade, assegurando que todos tenham igualdade de oportunidades e acesso aos serviços disponíveis.

2)- Isenção de impostos: Pessoas com autismo e seus familiares podem ter direito à isenção de impostos na compra de veículos adaptados, conforme previsto pela Lei nº 8.989/1995; essa norma beneficia pessoas com deficiência, incluindo autistas, com isenção de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) na aquisição de veículos adaptados às suas necessidades de locomoção.

A Lei nº 8.989/1995 é uma legislação brasileira que estabelece a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos automotores para pessoas com deficiência, incluindo aquelas com autismo, o que representa um importante avanço na garantia de direitos e na promoção da inclusão e acessibilidade para pessoas com

deficiência no país.

Essa legislação tem o objetivo de proporcionar condições mais igualitárias de mobilidade e transporte para pessoas com deficiência, considerando as necessidades específicas de cada indivíduo. Essa isenção do IPI reduz o custo de aquisição de veículos adaptados ou especialmente destinados ao transporte de pessoas com deficiência, tornando-os mais acessíveis e viáveis para esse público.

Para ter direito à isenção do IPI, é necessário que a pessoa com deficiência se enquadre nos critérios estabelecidos pela lei, que incluem a comprovação de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autismo; além disso, é exigido que o veículo seja adquirido para uso próprio e que não seja vendido pelo prazo de dois anos contados da data da aquisição.

Essa isenção tem um impacto significativo na vida das pessoas com deficiência, pois proporciona mais autonomia, independência e acesso a diversos serviços e atividades que contribuem para sua qualidade de vida.

A possibilidade de adquirir um veículo adaptado ou adequado às suas necessidades individuais facilita a locomoção, o deslocamento para tratamentos médicos, atividades sociais e profissionais, além de ampliar as oportunidades de participação na sociedade.

Vale ressaltar que, além da Lei nº 8.989/1995, outras legislações também abordam a temática da isenção de impostos para pessoas com deficiência, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Cada estado brasileiro possui suas próprias normas e regulamentações a respeito desses impostos, e é importante consultar a legislação específica do local de residência para obter informações detalhadas.

No entanto, é fundamental destacar que o benefício da isenção do IPI não é automático e requer um processo de solicitação junto à Receita Federal do Brasil, e se faz necessário apresentar documentos e laudos médicos que comprovem a condição de deficiência, além de cumprir os requisitos estabelecidos pela legislação.

Em suma, a Lei nº 8.989/1995 é um importante conquista para pessoas com deficiência, incluindo aquelas com autismo, ao garantir a isenção do IPI na aquisição de veículos automotores adaptados ou adequados às suas necessidades, contribuindo dessa forma, a promoção da inclusão, acessibilidade e autonomia dessas pessoas, facilitando sua locomoção e ampliando suas possibilidades de participação na sociedade.

3)- Amparo social: Pessoas com autismo e suas famílias podem ter acesso a benefícios sociais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é um auxílio financeiro concedido a pessoas com deficiência de baixa renda. O BPC é regido pela Lei nº 8.742/1993 e pode ser solicitado mediante comprovação da condição de autismo e critérios de elegibilidade estabelecidos.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um auxílio financeiro concedido pelo governo brasileiro a pessoas com deficiência e idosos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e tem como objetivo garantir uma renda mínima para aqueles que não possuem meios de prover seu próprio sustento.

O BPC é regido pela Lei nº 8.742/1993, também conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Essa legislação estabelece as diretrizes e normas para a assistência social no Brasil, incluindo a concessão do BPC, sendo considerado uma das principais medidas de proteção social destinadas a pessoas em condição de vulnerabilidade e com dificuldades de autonomia financeira.

De acordo com a lei, podem ter direito ao BPC as pessoas com deficiência de qualquer idade e os idosos com 65 anos ou mais que comprovem renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário-mínimo vigente; além disso, é necessário comprovar a condição de vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, a falta de meios para prover a própria subsistência ou de receber o sustento de suas famílias.

Para solicitar o BPC, é necessário fazer o requerimento junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou às agências da Previdência Social. Esse processo de análise e concessão do benefício envolve a avaliação da renda familiar, a comprovação da deficiência ou idade avançada e a verificação da situação socioeconômica do solicitante.

É importante ressaltar que o BPC não é um benefício previdenciário, ou seja, não está vinculado a contribuições realizadas ao longo da vida laboral, e em se tratando de um benefício assistencial, cujo objetivo é assegurar uma renda mínima para a subsistência daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade.

O BPC possui um valor equivalente a um salário-mínimo vigente e é pago mensalmente ao beneficiário; onde, além do valor financeiro, a concessão do benefício também garante a inclusão do beneficiário no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, o que permite o acesso a outros programas sociais e serviços disponibilizados pelo Estado.

É fundamental destacar que a concessão do BPC está sujeita a avaliações periódicas para verificar se as condições de elegibilidade do beneficiário ainda são atendidas, como por exemplo, a renda familiar per capita e a situação de vulnerabilidade socioeconômica podem ser reavaliadas para garantir que o benefício esteja sendo destinado às pessoas que realmente necessitam.

Portanto, BPC é um benefício assistencial previsto na Lei nº 8.742/1993, destinado a pessoas com deficiência e idosos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, estabelecendo critérios de elegibilidade, os procedimentos para solicitação e a forma de concessão do benefício, e figura como um papel importante na proteção social, garantindo uma renda mínima para aqueles que enfrentam dificuldades de sustento próprio.

4)- Lei nº 9.394/1996- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

A Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.394/1996, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), são dois marcos legais fundamentais que estabelecem diretrizes e garantem direitos no contexto da educação no Brasil, que configura a sua extrema importância para a promoção da igualdade de acesso à educação e para o desenvolvimento do sistema educacional inclusivo no país.

A Constituição Federal assegura o direito à educação como um direito fundamental de todos os cidadãos, sem qualquer forma de discriminação, estabelecendo que a educação é dever do Estado e da família, devendo ser promovida de forma colaborativa.

Além disso, a Constituição prevê que a educação deve ser voltada para o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, por sua vez, estabelece as diretrizes e bases para a educação no Brasil, onde aborda em seu texto diversos aspectos da educação, desde a estruturação do sistema educacional até os currículos escolares.

A LDB reforça o direito à educação inclusiva e garante que as escolas devem oferecer condições para a igualdade de acesso e permanência dos estudantes, independentemente de suas características ou necessidades especiais.

A partir da LDB, a educação inclusiva ganha destaque, reconhecendo que todas as pessoas têm direito à educação e que as escolas devem se adaptar às necessidades individuais dos estudantes. Isso inclui o atendimento adequado a pessoas com deficiência, como é o caso das pessoas com autismo, estabelecendo que as escolas devem promover a inclusão, oferecer recursos de apoio, realizar adaptações curriculares e proporcionar um ambiente favorável à aprendizagem de todos os estudantes.

Trata ainda da formação dos profissionais da educação, ressaltando a importância da capacitação para o trabalho com a diversidade e a inclusão, evidenciando a necessidade de promover a igualdade de oportunidades na educação, buscando superar as barreiras existentes e garantindo o acesso pleno e equitativo a todos os estudantes.

É importante destacar que tanto a Constituição Federal quanto a LDB têm sido fundamentais na promoção da educação inclusiva no Brasil, sendo utilizada como embasamento para a implementação de políticas públicas e ações que visam garantir o direito à educação de qualidade para todas as pessoas, incluindo aquelas com autismo.

No entanto, é fundamental que essas legislações sejam efetivamente aplicadas e que haja um compromisso contínuo para a promoção da inclusão e o respeito à diversidade no âmbito educacional.

UM ESTADO DA ARTE SOBRE DESAFIOS NA INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTOR- NO DO ESPECTRO AUTISTA

Dividido em tópicos o livro aborda questões fundamentais relacionadas à inclusão de alunos com TEA, explorando temas como o papel do professor no processo inclusivo, a adaptação curricular, a comunicação e interação social, as estratégias de ensino e aprendizagem, o ambiente escolar inclusivo e o suporte familiar.

Home Editora
CNPJ: 39.242.488/0002-80
www.homeeditora.com
contato@homeeditora.com
9198473-5110
Av. Augusto Montenegro, 4120 - Parque
Verde, Belém - PA, 66635-110

